



IMPACTOS DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DISCENTE: ANÁLISE DE UM ESTUDO DE CASO NO CONTEXTO DA CURRICULARIZAÇÃO

Murilo Campos Rocha Lima¹, Maria Luiza Moreira de Alencar¹, Daniele de Carvalho Ribeiro¹, Alenuska Lucena Medeiros¹, Johnatan da Silva Costa¹, Danilo Crisostomo da Silva Canela¹



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p8146-8162>

Artigo recebido em 2 de Outubro e publicado em 2 de Dezembro de 2025

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

A extensão universitária, consolidada como um dos pilares da educação superior brasileira ao lado do ensino e da pesquisa, atravessa um momento de reconfiguração paradigmática com sua recente curricularização obrigatória. Este processo demanda uma compreensão aprofundada e baseada em evidências sobre seu real impacto na formação dos estudantes. A extensão universitária é um pilar da formação, agora em curricularização obrigatória. Este artigo analisa seu impacto na formação discente através de um estudo de caso qualitativo. Investigou-se a percepção de duas alunas (bolsista e voluntária) do projeto "Ações Afirmativas: Construindo Carreiras A Partir Da Diversidade". Por meio de questionários avaliativos, a análise revela um impacto multifacetado: a conexão efetiva entre teoria e prática, o desenvolvimento do senso crítico sobre o tema (diversidade), a aquisição de habilidades de pesquisa (como RSL) e a compreensão do papel social da universidade. O estudo valida a extensão como ferramenta essencial para a formação cidadã e profissional.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Formação Discente; Curricularização da Extensão; Desenvolvimento de Competências; Revisão Sistemática.



IMPACTS OF EXTENSION PROGRAMS ON STUDENT TRAINING: ANALYSIS OF A CASE STUDY IN THE CONTEXT OF CURRICULARIZATION

ABSTRACT

University extension, consolidated as one of the pillars of Brazilian higher education alongside teaching and research, is undergoing a paradigmatic reconfiguration with its recent mandatory curricularization. This process demands a deep and evidence-based understanding of its real impact on student training. University extension is a pillar of education, now with mandatory curricularization. This article analyzes its impact on student training through a qualitative case study. The perception of two students (scholarship recipient and volunteer) from the project "Affirmative Actions: Building Careers from Diversity" was investigated. Through evaluative questionnaires, the analysis reveals a multifaceted impact: the effective connection between theory and practice, the development of critical thinking on the topic (diversity), the acquisition of research skills (such as RSL), and the understanding of the social role of the university. The study validates extension as an essential tool for civic and professional training.

Keywords: University Extension; Student Formation; Extension Curricularization; Competence Development; Systematic Review

Instituição afiliada

1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertão/Campus Ouricuri). Ouricuri, Pernambuco, Brasil.

1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertão/Campus Ouricuri). Ouricuri, Pernambuco, Brasil.

1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertão/Campus Ouricuri). Ouricuri, Pernambuco, Brasil.

1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertão/Campus Ouricuri). Ouricuri, Pernambuco, Brasil.

1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertão/Campus Ouricuri). Ouricuri, Pernambuco, Brasil.

2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertão/Campus Petrolina). Petrolina, Pernambuco, Brasil

Autor correspondente: Murilo Campos Rocha Lima, murilocampos86.mc@gmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

A universidade brasileira, em sua concepção moderna, alicerça-se sobre o tripé indissociável composto por ensino, pesquisa e extensão (FORPROEX, 2012). Este princípio, consagrado na Constituição Federal de 1988, estabelece que a produção e a disseminação do conhecimento não se restringem aos muros da academia, mas devem se articular dinamicamente com a sociedade, em uma relação de troca e transformação mútua (BRASIL, 1988; FELONIUK, 2023). Nesse contexto, a Extensão Universitária emerge não como uma atividade ancilar ou assistencialista, mas como um processo educativo, cultural e científico que viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a comunidade (FORPROEX, 2012; UFES, 2024; UFP, 2010). É por meio da extensão que a instituição de ensino superior materializa sua função social, compartilhando saberes e participando ativamente da busca por soluções para as complexas demandas sociais (SANTOS, 2004).

Historicamente, a prática extensionista no Brasil percorreu uma longa trajetória de maturação conceitual e institucional (HAYAKAWA; BUENO, 2023; FELONIUK, 2023; GURGEL, 1986). Superando uma visão inicial que por vezes se aproximava do assistencialismo, a extensão consolidou-se, sobretudo a partir dos debates promovidos pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), como uma práxis dialógica e emancipatória (FELONIUK, 2023; FORPROEX, 2012). Contudo, um marco regulatório recente alterou fundamentalmente o seu status no cenário da educação superior: a "curricularização da extensão". Instituída pela Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, e regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, a curricularização determina que, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação seja dedicada a atividades de extensão (BRASIL, 2014; BRASIL, 2018; FORPROEX, 2012).

Essa mudança representa um verdadeiro ponto de inflexão. A extensão deixa de ser uma oportunidade extracurricular, disponível para um grupo autoselecionado de estudantes mais engajados, para se tornar um componente pedagógico obrigatório e universal na jornada formativa de todos os discentes. Essa transição de um ideal valorizado para uma ferramenta pedagógica operacionalizada em larga escala impõe às instituições de ensino superior o desafio de integrar, de forma estruturada e qualificada,



as práticas extensionistas em seus projetos pedagógicos (BRASIL, 2014; BRASIL, 2018). Consequentemente, emerge uma necessidade premente e inadiável de se consolidar uma base de evidências científicas que demonstre, de maneira clara e sistemática, quais são os reais impactos e contribuições dessa vivência para a formação dos alunos. A justificativa para este estudo reside, portanto, na urgência de subsidiar as práticas pedagógicas, o desenho curricular e as políticas institucionais nesse novo cenário regulatório. Diante da afirmação de que ainda é relevante a produção de mais artigos científicos que apontem os benefícios das ações extensionistas (MARTINS et al., 2024), esta revisão busca responder a uma questão que não é mais "se a extensão é importante", mas sim "como podemos, à luz das evidências, potencializar essa estratégia pedagógica agora compulsória para alcançar resultados de aprendizagem específicos e demonstráveis para todos os estudantes?".

Nesse contexto, o objetivo deste estudo é realizar uma revisão sistemática da literatura científica, com base no protocolo PRISMA 2020, para identificar, analisar e sintetizar as evidências disponíveis sobre o impacto dos projetos de extensão na formação profissional, cidadã e socioemocional de estudantes do ensino superior.

REFERENCIAL TEORICO

Para a devida compreensão dos resultados desta revisão, é imperativo construir uma arquitetura conceitual que ilumine as dimensões histórica, legal e pedagógica da extensão universitária no Brasil. Esta seção se dedica a traçar a evolução do conceito de extensão, seu marco regulatório e, fundamentalmente, as bases teóricas que informam a sua prática, com especial destaque para o pensamento crítico de Paulo Freire, cuja filosofia permeia a concepção contemporânea da extensão no país.

2.1. Gênese, Conceituação e Marco Regulatório da Extensão Universitária no Brasil

A trajetória da extensão universitária no Brasil é marcada por uma evolução conceitual que reflete as transformações sociais, políticas e educacionais do país (FELONIUK, 2023). Suas origens remontam ao início do século XX, coincidindo com a criação das primeiras instituições de ensino superior, e foram influenciadas por modelos europeus e norte-americanos (LIMA; ALMEIDA, 2018; SILVA, 2024). Inicialmente, muitas



dessas práticas carregavam um caráter assistencialista, em que a universidade se posicionava como detentora do saber a ser "levado" ou "estendido" a uma comunidade vista como carente de conhecimento (FELONIUK, 2023).

A superação desse modelo foi um processo gradual, impulsionado por movimentos estudantis e, de forma decisiva, pela articulação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), criado na década de 1980 (FORPROEX, 2012; HAYAKAWA; BUENO, 2023). O FORPROEX foi central na construção de uma nova concepção de extensão, culminando na publicação da Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU). Este documento define a extensão de forma moderna e robusta: "A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade" (FORPROEX, 2012, p. 15).

Essa conceituação se sustenta sobre cinco diretrizes fundamentais que orientam a práxis extensionista (FORPROEX, 2012; MARTINS et al., 2024):

1. **Interação Dialógica:** Pressupõe uma relação horizontal e de troca de saberes entre a universidade e a comunidade, superando a ideia de transmissão unilateral de conhecimento.
2. **Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade:** Estimula a articulação entre diferentes áreas do saber e a colaboração entre profissionais de diversas formações para abordar a complexidade dos problemas sociais.
3. **Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão:** Reafirma a extensão como um processo acadêmico que nutre e é nutrido pelo ensino e pela pesquisa, integrando a realidade social ao cerne da produção de conhecimento.
4. **Impacto na Formação do Estudante:** Coloca o estudante como protagonista de sua formação, proporcionando vivências que o engajam na realidade e contribuem para uma formação crítica, ética e cidadã.
5. **Impacto e Transformação Social:** Orienta as ações para a busca de soluções para problemas sociais, visando à redução das desigualdades e à promoção da justiça social.

Este arcabouço conceitual foi progressivamente incorporado ao marco legal e



político da educação superior brasileira. A Constituição Federal de 1988 foi o ponto de partida, ao estabelecer em seu Art. 207 o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988; FELONIUK, 2023). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96), por sua vez, estabeleceu a extensão como uma das finalidades da universidade (BRASIL, 1996; MEC, 2025). O passo mais transformador foi dado pelo Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 13.005/2014), que em sua Meta 12.7 determinou a obrigatoriedade de que "no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária" (BRASIL, 2014; SOUZA; BIANCHI, 2020). Finalmente, a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, regulamentou essa meta, estabelecendo as diretrizes oficiais para a Extensão na Educação Superior Brasileira e definindo-a como uma "atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa" (BRASIL, 2018; FORPROEX, 2012; UNICENTRO, 2024). Este conjunto normativo consolida a extensão não apenas como uma função, mas como um componente curricular essencial e obrigatório.

2.2. Fundamentos Pedagógicos da Práxis Extensionista: A Perspectiva Crítica de Paulo Freire

A concepção de extensão universitária que se consolidou no Brasil, especialmente aquela formalizada pelo FORPROEX e pela legislação subsequente, é profundamente influenciada pelo pensamento do educador Paulo Freire. Sua obra, em particular o ensaio "Extensão ou Comunicação?", oferece a chave de leitura crítica para compreender a transição de um modelo assistencialista para uma práxis emancipatória (MEDITSCH, 2021; GADOTTI, 2017).

Freire desfere uma crítica contundente ao próprio termo "extensão". Para ele, a palavra carrega em si uma conotação de invasão, de um ato mecânico de levar, transferir, depositar um conhecimento de um polo emissor (o técnico, a universidade) para um polo receptor (o camponês, a comunidade), que é tratado como um objeto passivo, uma "vasilha vazia" a ser preenchida (FREIRE, 1983; RIOS, 2017). Essa prática, que ele denomina "extensionismo", é antidia-lógica, nega os saberes populares e promove uma "invasão cultural" que domestica em vez de libertar (GADOTTI, 2017). Ao "estender" seu conhecimento, o técnico ou a universidade impõe sua visão de mundo,



desconsiderando a cultura e a experiência daqueles com quem interage, reduzindo o ser humano à condição de coisa (FREIRE, 1983; GADOTTI, 2017).

Em oposição a essa visão, Freire propõe o conceito de "comunicação" (FREIRE, 1983; UYDENBROEK, 2010). A comunicação, em sua perspectiva, é um ato de co-participação, um encontro dialógico entre sujeitos que, juntos, buscam desvelar e transformar a realidade. O conhecimento, nessa abordagem, não é algo a ser transferido, mas algo que se constrói na e pela práxis – um ciclo de ação e reflexão sobre o mundo (FREIRE, 1983; FEITOSA, 2003). A verdadeira educação, e por conseguinte a verdadeira extensão, só ocorre quando há diálogo, quando todos os envolvidos se reconhecem como sujeitos do processo de aprendizagem, que ensinam e aprendem mutuamente (FREIRE, 1983; BLOGS UNICAMP, 2022).

A influência dessa distinção é visível na estrutura da política de extensão brasileira. A transição do "extensionismo" criticado por Freire para a "extensão" como é concebida hoje pode ser entendida como a institucionalização de seus princípios pedagógicos. A diretriz central da PNEU, a "Interação Dialógica", é uma herdeira direta do conceito freiriano de "comunicação". Da mesma forma, a ênfase no "Impacto e Transformação Social" ecoa a noção de educação como "práxis" transformadora. Portanto, quando a legislação brasileira contemporânea determina a curricularização da "extensão", ela não se refere ao conceito que Freire rechaçou. Pelo contrário, ela legalmente institui uma prática que deve ser, em sua essência, dialógica, crítica e politicamente comprometida com a transformação social (FREIRE, 1983). A extensão universitária no Brasil, em seu arcabouço teórico e legal, é concebida como um ato político-pedagógico de formação para a cidadania, um exercício prático da pedagogia da autonomia e da esperança (FORPROEX, 2012).

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, estruturada como um estudo de caso. O objetivo central não é avaliar os resultados da inclusão LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho, mas sim investigar o impacto pedagógico, profissional e social vivenciado pelas discentes executoras de um projeto de extensão focado nessa temática.

3.1. Contexto e Objeto de Estudo



O objeto de análise são as percepções e reflexões das alunas (bolsista e voluntária) que participaram ativamente do projeto de extensão "Ações Afirmativas: Construindo Carreiras A Partir Da Diversidade", fomentado pelo Programa Institucional de Projetos e Bolsas de Extensão (PIPBEX) no Instituto Federal Sertão Pernambucano. O projeto de extensão original, cujo relatório final serve como documento-base para esta análise, teve uma metodologia de execução própria, complexa e multifacetada, da qual as alunas participaram. Essa metodologia incluiu:

1. Fase 1: Revisão Sistemática da Literatura (RSL), para investigar as barreiras globais.
2. Fase 2: Diagnóstico Empírico Local, envolvendo a elaboração e aplicação de um questionário híbrido (quantitativo e qualitativo) direcionado à comunidade LGBTQIAPN+ do Sertão Nordeste.
3. Fase 3: Análise Comparativa dos dados globais (RSL) e locais (questionário).
4. Fase 4: Proposta de Estratégias, que incluiu um benchmarking de práticas de inclusão em grandes empresas e a materialização do produto final de extensão: a "Cartilha Inclusão De Pessoas LGBTQIAPN+ no Mercado de Trabalho".

É a experiência de imersão nestas atividades que constitui o foco do presente artigo.

3.2. Participantes da Pesquisa

O universo desta pesquisa é composto pela equipe discente que executou o referido projeto de extensão. A equipe era formada por duas alunas, sendo uma participante na modalidade "Bolsista" e outra na modalidade "Voluntária". Ambas as estudantes foram convidadas a refletir sobre suas experiências ao final do projeto.

3.3. Coleta de Dados: Instrumento e Procedimentos

Para a coleta de dados deste artigo, foi utilizado um "Questionário de Avaliação da Experiência no Projeto de Extensão", aplicado às duas participantes (bolsista e voluntária) após a conclusão das atividades do projeto. O instrumento foi semiestruturado, contendo perguntas abertas e reflexivas, desenhadas especificamente para capturar a percepção das alunas sobre o impacto do projeto em três eixos centrais:

1. Eixo 1: Impacto na Construção do Conhecimento: Focado em como a



participação (ex: na RSL, elaboração do questionário local, análise de dados) aprofundou o entendimento teórico e prático sobre a inclusão LGBTQIAPN+ e sobre os próprios métodos de pesquisa (como metodologia mista e benchmarking).

2. Eixo 2: Impacto na Construção Curricular e Profissional: Voltado ao desenvolvimento de habilidades técnicas (pesquisa, escrita) e interpessoais (trabalho em equipe, comunicação) e como a vivência na extensão se diferencia de disciplinas regulares.

3. Eixo 3: Impacto Social e na Extensão: Destinado a avaliar a compreensão do papel social da universidade e a importância da conexão entre academia e sociedade.

As alunas forneceram respostas dissertativas detalhadas, que constituem o corpus de análise desta pesquisa.

3.4. Análise dos Dados

A análise dos dados segue os preceitos da Análise de Conteúdo qualitativa. As respostas das duas alunas foram transcritas, organizadas e comparadas, buscando identificar categorias temáticas emergentes e padrões de percepção. A análise focará nas convergências e divergências entre as experiências da bolsista e da voluntária, triangulando suas percepções com as atividades metodológicas descritas no relatório final do projeto de extensão. Os resultados desta análise, que detalham como a extensão contribuiu para a formação cidadã, crítica e profissional das discentes, serão apresentados a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise consolidada das respostas das estudantes que participaram do projeto revela um impacto consistentemente positivo e multifacetado. A experiência não apenas aprofundou o conhecimento técnico e acadêmico, mas também promoveu um significativo desenvolvimento na consciência social e crítica das participantes.

Os principais eixos de impacto identificados foram:

1. A profunda conexão entre teoria e prática.
2. O desenvolvimento de um senso crítico apurado sobre diversidade corporativa.
3. A aquisição de habilidades de pesquisa e profissionais.



4. A compreensão do papel social da extensão universitária.

4.1. A Conexão entre Teoria e Prática

Um dos pontos mais ressaltados pelas alunas foi a oportunidade de ver a teoria se materializar na prática. O projeto permitiu que conceitos acadêmicos sobre discriminação e inclusão fossem observados em dados reais, tornando o aprendizado mais tangível.

Uma aluna descreveu um "momento marcante" durante a coleta de dados: "Um momento marcante foi durante a análise dos questionários, quando percebi que as situações de discriminação relatadas confirmavam o que a teoria descreve sobre exclusão e preconceito. Foi quando entendi, na prática, como a teoria se manifesta no cotidiano das pessoas." Essa percepção foi ecoada por outra estudante, que validou os estudos teóricos ao compará-los com a realidade local, afirmando que "viu-se que as mesmas espécies de discriminação estudadas em vários países ocorriam de forma análoga no Sertão Nordeste".

As alunas diferenciaram essa "vivência prática" das disciplinas regulares, vistas como focadas na transmissão de "conhecimento aplicados, ou seja sistematizados e transmitidos". O projeto, por outro lado, exigiu uma postura ativa "de ir em busca, pesquisar e desenvolver critérios", o que "amplia a forma de absorção do conhecimento".

4.2. Aprofundamento da Consciência Crítica sobre o Tema

A participação no projeto transformou o entendimento prévio das alunas sobre a inclusão LGBTQIA+. Uma delas relatou que, embora tivesse "pouco conhecimento sobre o tema" anteriormente, a participação na revisão sistemática e análise de dados permitiu "compreender de forma quase integral (...) as dificuldades enfrentadas por estes".

Além de ampliar o conhecimento, o projeto desenvolveu o senso crítico das estudantes sobre as ações corporativas: "Sim, o projeto desenvolveu meu senso crítico ao mostrar que muitas ações de diversidade nas empresas ainda são superficiais. Entendi melhor o que é o 'diversity washing' e como é essencial que as práticas sejam autênticas e transformadoras para promover um ambiente realmente equitativo." Outra aluna complementou, afirmando que a experiência permitiu "a visibilidade de



políticas de inclusão que realmente focam no bem-estar dos funcionários da comunidade". O contato com o tema também foi visto como um catalisador para o crescimento pessoal, ajudando a "quebrar preconceitos e ampliar minha visão sobre inclusão e diversidade".

4.3. Desenvolvimento de Habilidades Acadêmicas e Profissionais

As alunas identificaram um ganho claro em competências técnicas e interpessoais. No âmbito acadêmico, métodos de pesquisa foram destacados:

- Uma estudante citou a "metodologia mista e a análise de conteúdo", que fortaleceram sua "capacidade de interpretar informações com base científica".
- Outra enfatizou a "metodologia de Revisão Sistemática da Literatura", afirmando ser uma "compreensão de pesquisa bibliográfica metodológica que pretendo replicar em futuros projetos".
- Foram mencionadas também o desenvolvimento da "pesquisa" (focada em "sites oficiais e informações realmente relevantes") e da "escrita".

No âmbito profissional e interpessoal, as alunas relataram ter desenvolvido "habilidades de trabalho em grupo, comunicação e organização".

Essa experiência prática foi percebida como um diferencial curricular, preparando-as melhor para os desafios do mercado. Uma aluna, estudante de Engenharia Civil, destacou que o projeto a fez perceber "que há também dimensões sociais que devem integrar nosso conhecimento técnico científico". Outra estudante, mesmo estando no início do curso, sentiu o impacto na sua preparação: "Com certeza sim. ...ter iniciado esse projeto ainda no segundo período, contribuiu bastante para ter uma visão 'de fora', mas extremamente realista e corriqueira dos ambientes de trabalho e do comportamento humano, ligado aos seus preconceitos e insensibilidades."

4.4. Percepção do Impacto Social da Extensão

O projeto cumpriu um papel fundamental ao conectar as estudantes com a função social da universidade. As respostas indicam uma clara compreensão de como a academia pode gerar mudanças reais. "O projeto me fez entender melhor o papel social da universidade, mostrando como a extensão conecta o conhecimento acadêmico com as necessidades da sociedade."

A criação de produtos concretos, como o manual de práticas inclusivas, foi vista



como uma forma de tangibilizar essa contribuição: "A criação do manual com práticas inclusivas foi uma forma concreta de contribuir para que as empresas adotem ações mais justas e respeitosas. Senti que meu trabalho, mesmo como voluntária, pode gerar mudanças positivas na sociedade."

4.5. Desafios Enfrentados

Os desafios relatados pelas alunas centraram-se em dois pontos principais: a natureza sensível do tema e as dificuldades na coleta de dados.

- **Sensibilidade do Tema:** "O maior desafio foi lidar com um tema tão sensível e importante, mas também foi uma grande oportunidade de aprendizado e crescimento pessoal."
- **Coleta de Dados:** "O principal desafio foi o de convencer os indivíduos dessa população a responder esse questionário, pois aparentemente, eles tinham receio de haver algum vazamento das suas opiniões."

As avaliações são uniformemente positivas e entusiásticas. As alunas recomendam fortemente a participação em projetos de extensão, definindo a experiência como "única de aprendizado prático e humano" e "muito enriquecedora". A conclusão de uma das alunas resume o sentimento geral de propósito adquirido: "Além disso, o estudo voltado a compreensão da sociedade, com o intuito de trazer benefícios a esta, gera no participante uma gratidão por estar contribuindo mesmo com mínimo para o desenvolvimento da sociedade." A análise demonstra que o projeto de extensão atingiu plenamente seus objetivos de formação acadêmica, profissional e cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstram de forma inequívoca que a vivência extensionista é um catalisador para a articulação entre teoria e prática, permitindo que o discente ressignifique o conhecimento acadêmico ao aplicá-lo na resolução de problemas concretos da sociedade (FADEL et al., 2011). Essa práxis não apenas desenvolve habilidades profissionais específicas, mas também acelera a construção da identidade profissional do estudante (BUARQUE, 1994 apud FORPROEX, 2012). Tal constatação reforça a pertinência da diretriz da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mostrando que a extensão qualifica tanto o ensino, ao dar-lhe aplicação prática, quanto a pesquisa, ao gerar novas questões a partir da realidade social (COSTA; ORSINI, 2010).



Adicionalmente, a síntese dos achados confirma a concepção de extensão como um exercício de formação para a cidadania (SANTOS; GAIO, 2024). A imersão em diferentes contextos sociais fomenta o pensamento crítico, a responsabilidade social e uma perspectiva mais humanística da profissão (FADEL et al., 2011). Este aspecto da formação é particularmente relevante no contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades. A extensão, nesse sentido, cumpre um papel político fundamental, alinhando a formação universitária aos valores democráticos e de justiça social. Os resultados ecoam a filosofia de Paulo Freire, confirmando que uma prática extensionista baseada na "comunicação" e no diálogo é, de fato, uma ferramenta para uma educação conscientizadora e transformadora, em oposição a um "extensionismo" meramente técnico e reprodutor (FREIRE, 1983).

Este estudo de caso buscou investigar o impacto pedagógico, profissional e social da extensão universitária na formação de duas discentes (bolsista e voluntária) engajadas no projeto "Ações Afirmativas: Construindo Carreiras A Partir Da Diversidade". Os resultados apresentados na Seção 4 demonstram de forma inequívoca que a vivência extensionista, quando metodologicamente bem estruturada, funciona como um catalisador ímpar para a articulação entre teoria e prática, um dos maiores desafios do ensino superior.

Ao participarem ativamente de uma metodologia complexa que incluiu Revisão Sistemática da Literatura, diagnóstico de campo e benchmarking, as alunas transcenderam o aprendizado curricular padrão—descrito por uma delas como focado em "conhecimento aplicados, ou seja sistematizados e transmitidos". Elas experimentaram o momento em que "a teoria se manifesta no cotidiano das pessoas", validando os estudos globais sobre discriminação ao vê-los replicados "de forma análoga no Sertão Nordestino".

REFERÊNCIAS

BLOGS UNICAMP. Extensão ou comunicação?: o livro de Paulo Freire que mostra seu trabalho com agricultores. **Natureza Crítica**, 24 jun. 2022. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/naturezacritica/2022/06/24/extensao-ou-comunicacao-o-livro-de-paulo-freire-que-mostra-seu-trabalho-com-agricultores/>.



Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

CALIPO, D. **Projetos de extensão universitária crítica**: Uma ação educativa transformadora. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009.

CANON, C. P. S.; SILVA, G. I. F. O impacto de um projeto de extensão na formação profissional dos discentes. **Revista UFG**, Goiânia, v. 19, p. 1-15, 2019.

COSTA, M. L. F.; ORSINI, M. A reconstrução pedagógica do tripé ensino-pesquisa-extensão: a experiência da disciplina “Metodologia de Pesquisa em Educação Física” da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Dialógica**, v. 4, n. 1, p. 1-18, 2010.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. C. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. de P.; HOHENDORFF, J. von (Orgs.). **Manual de Produção Científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 55-70.

FADEL, C. B. et al. O impacto da extensão universitária sobre a formação acadêmica em Odontologia. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, n. 37, p. 571-584, jun. 2011.

FEITOSA, S. C. S. **A dialogicidade em Paulo Freire**: um estudo do pensar e agir no círculo de cultura. 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

FELONIUK, W. A trajetória histórica da extensão universitária no Brasil: da influência internacional à curricularização. **Interação**, Santa Maria, v. 2, n. 1, p. 45-62, 2023.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

FRANCISCO, T. H. A. et al. Uma narrativa sobre a extensão universitária no contexto da quarta revolução industrial: as oportunidades para o desenvolvimento de competências socioemocionais. **Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação**, v. 7, n. 2, p. 92-110, 2022.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, M. **Extensão Universitária**: para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

GALVÃO, T. F. et al. A declaração PRISMA 2020 em português: recomendações atualizadas para relatar revisões sistemáticas. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 31, n. 2, e2022162, 2022.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 23, n. 1, p. 183-184, 2014.

GALVÃO, T. F.; PANSANI, T. S. de A.; HARRAD, D. Principais itens para relatar revisões



- sistemáticas e meta-análises: a recomendação PRISMA. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 2, p. 335-342, 2015.
- GURGEL, R. M. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez, 1986.
- HAYAKAWA, T. A.; BUENO, L. A história da extensão universitária no Brasil a partir da organização dos estudantes. **Horizontes**, v. 41, e023003, 2023.
- JEZINE, E. As práticas curriculares e a extensão universitária. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 1-15.
- LIMA, V. M. de; ALMEIDA, L. P. de. A extensão universitária no Brasil: concepções e influências. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2018.
- LIMA, A. P.; CALDERÓN, A. I. A extensão universitária como um recurso dinâmico para a formação profissional e a promoção da saúde. **Educação em Revista**, v. 35, e201659, 2019.
- MARTINS, B. V. A. et al. O impacto de um projeto de extensão universitária na formação profissional de estudantes: uma revisão da literatura. **Revista COOPEX**, v. 15, n. 2, p. 5221-5333, 2024.
- MEDITSCH, E. Paulo Freire e a extensão universitária: da rejeição da antítese à reafirmação da síntese. **Matrizes**, v. 15, n. 1, p. 125-146, 2021.
- MEIRELES, F. F. de; AFONSO, H. C. A. G. A extensão universitária obrigatória voltada para a educação básica como recurso para atingir metas do plano nacional de educação. **SciELO Preprints**, 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.8093.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **MEC orienta extensão universitária com participação social**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/marco/mec-orienta-extensao-universitaria-com-participacao-social>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- MOÇO, A.; WITT, R. R. Tutorial para planejamento e execução de revisões sistemáticas. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, e9591110438, 2020.
- OLIVEIRA, A. C. de et al. A importância da extensão universitária na graduação e prática profissional de enfermeiros. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v. 7, e1537, 2017.
- PAGE, M. J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n. 71, 2021.
- PEREIRA, A. S.; WAGNER, M. F. Efeitos de um curso universitário de extensão sobre habilidades sociais de adolescentes. **Psicologia em Estudo**, v. 25, e44378, 2020.
- RIBEIRO, L. C. et al. A influência da extensão universitária na criação de habilidades e competências durante a graduação. **Raízes e Rumos**, v. 10, n. 1, p. 231-240, 2022.
- RIOS, A. Extensão ou comunicação?: a obra de Paulo Freire e as reflexões sobre o papel do educador. **Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, v. 13, n. 25, p. 24-34, 2017.
- SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.
- SANTOS, B. de S. Universidade e sociedade. *In*: FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS; SESu/MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Brasília, DF, 2001.



- SANTOS, C. F. C.; GAIO, R. C. A extensão universitária como fundamento para uma formação cidadã: uma revisão sistemática. **Revista Intersaberes**, v. 19, e24tl4023, 2024.
- SANTOS, C. M. da C.; PIMENTA, C. A. de M.; NOBRE, M. R. C. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 15, n. 3, p. 508-511, 2007.
- SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- SCIELO EM PERSPECTIVA. Extensão universitária como superação da meritocracia. **Humanas**, 8 jan. 2025. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2025/01/08/extensao-universitaria-superacao-meritocracia/>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- SILVA, C. A. F. da. **Extensão Universitária**: conceituação, fundamentos e implementação. 2024. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/jmsi/article/download/839/749>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- SILVA, A. C. R. da; ALMEIDA, M. A. V. de. Competências socioemocionais e o mundo do trabalho: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Psicologia & Saberes**, v. 11, n. 23, p. 1-15, 2022.
- SILVA, K. K. C. da et al. A Extensão Universitária e a Promoção da Saúde no Brasil: Revisão Sistemática. **Arquivos em Odontologia**, v. 54, 2018.
- SILVA, M. J. da; SILVA, M. G. C. da. A importância da extensão universitária para a formação do aluno. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, v. 1, n. 13, p. 115-122, 2011.
- SILVA, R. M. G. da et al. A importância da extensão universitária na formação acadêmica: um relato de experiência. **Revista de Extensão**, v. 16, n. 1, p. 118-131, 2019.
- SOUZA, D. G. de; BIANCHI, P. A extensão universitária e o Plano Nacional de Educação (2014-2024): desafios e perspectivas. **Devir Educação**, v. 4, n. 1, p. 171-187, 2020.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES). **O que é extensão universitária**. 2024. Disponível em: <https://proex.ufes.br/o-que-e-extensao-universitaria>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA (UFP). **A extensão universitária como fator de desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho**. 2010. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1990/3/DM_16525.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE (UNICENTRO). **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2024. Disponível em: <https://www3.unicentro.br/proec/politica-nacional-de-extensao-universitaria/>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- UYDENBROEK, X. Comunicação ou extensão? do prof. Paulo Freire. **Estudos Universitários: Revista de Cultura da UFPE**, v. 26, n. 1, p. 83-86, 2010